



## 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

---

Eixo: Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração e Sexualidade  
Sub-Eixo: Ênfase em Geração

### CRISE DO CAPITAL E AVANÇO DO CONSERVADORISMO COMO ESTRATÉGIA ÍDEO-POLÍTICA

Ana Samilly Alexandre Moreira<sup>1</sup>

**Resumo:** A crise pela qual passa o capital nas últimas décadas tem imposto a necessidade de uma série de reordenamentos para a manutenção das taxas de lucro, que versam para além da reestruturação produtiva e da mundialização dos mercados. Nessas novas estratégias o conservadorismo se coloca como central para a continuidade do processo de exploração da classe trabalhadora pela via do consenso.

**Palavras-Chave:** Capitalismo. Crise. Conservadorismo.

**Abstract:** The crisis in which capital has passed in the last few decades has necessitated a series of reorganizations for the maintenance of profit rates, which go beyond productive restructuring and the globalization of markets. In these new strategies, conservatism is central to the continuity of the process of exploitation of the working class by consensus.

**Keywords:** Capitalism. Crisis. Conservatism.

#### INTRODUÇÃO

A atual crise pela qual passa o capitalismo é resultado das contradições postas estruturalmente a esse modelo de sociabilidade, desde os anos de 1960/1970, e que vem exigindo modificações drásticas no seu processo de acumulação. Para recompor as taxas de lucratividade, o capital tem se utilizado de inúmeros mecanismos que versam desde a reestruturação produtiva e reformas nos mercados de trabalho até o aumento da parcela de produção pelas economias periféricas para a apropriação nos países centrais.

Além disso, a expansão dos mercados, a partir da abertura comercial, liberalização financeira e a vinculação cada vez maior das economias pelo pagamento de juros e amortizações das dívidas externas, se configuram como estratégias de valorização do capital nos tempos atuais. Trata-se da tentativa de criação de um espaço mundial irrestrito para a acumulação capitalista, onde se reduzem drasticamente todas as barreiras que possam impedir a produção de mais-valia.

---

<sup>1</sup> Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal de Mato Grosso –UFMT: E-mail: gabriel@gabrielplacido.com.br.

Essas manobras, amparadas pela ideologia neoliberal, tendem a aprofundar o caráter de dependência das economias periféricas na divisão social e técnica do trabalho. O que o neoliberalismo faz é promover a liberalização econômica e financeira desses países, ampliando as privatizações e desnacionalizações, a partir da entrega das empresas estatais e riquezas naturais e de um conjunto de reformas que favorece o grande capital internacional para a exploração irrestrita da força de trabalho e das matérias-primas, como mecanismos de transferência e centralização de lucros.

Esse processo tende a se aprofundar a partir dos desdobramentos da crise de 2008, onde estão postos em cena, além dos elementos mencionados, a instabilidade do imperialismo norte-americano, desencadeada a partir do crescimento econômico de outras grandes potências mundiais como a China e da retomada do poder militar na Rússia.

A agressividade do imperialismo estadunidense contra o surgimento de novos polos de poder global tem intensificado a corrida armamentista e os conflitos militares. Atrelado a isso, o conservadorismo avança a nível mundial como estratégia político-ideológica de conservação da estrutura de classes. A extrema-direita tem dado suporte a esse processo e fomenta o avanço das pautas moralistas que ferem não somente as conquistas da classe trabalhadora no campo dos direitos, mas também a própria vida de populações historicamente estigmatizadas como imigrantes, negros/as, mulheres e LGBT's.

Podemos considerar, diante disso, que na sociedade de classes, a busca constante se dá sempre pela manutenção de uma determinada estrutura. Assim, são sempre empreendidos mecanismos materiais, políticos e ideológicos para tal. A conservação é, portanto, o fim último da reprodução social na sociabilidade burguesa. Aqui, o conservadorismo toma papel estratégico indispensável, como suporte no processo de reprodução social e na conservação da estrutura de classes, mediado pela ideologia burguesa. O presente artigo versa sobre a relação do avanço do conservadorismo como estratégia do capital diante de sua crise estrutural.

## **CRISE DO CAPITAL E SUA RELAÇÃO FULCRAL COM O AVANÇO DO CONSERVADORISMO**

A crise do capital na contemporaneidade é substancialmente estrutural (MÉSZÁROS, 2010). Isso porque inaugura a exigência de mudanças profundas nesse modelo de produção e em suas bases de acumulação, jamais vistas. Não há novidade nenhuma no fato de as crises fazerem parte da condição *sine qua non* do capitalismo e das

estratégias de ultrapassar suas barreiras e contradições, com vistas a manter as taxas de lucratividade. Entretanto, nesse momento histórico, ultrapassa-se a dimensão meramente cíclica das crises capitalistas, aprofundando suas contradições.

Não queremos afirmar que a partir da atual configuração do capitalismo e de sua crise estrutural, desencadeada na década de 1970, que se vive a uma “crise final”. Mas é preciso compreender que estamos diante de uma conjuntura em que estão expostos limites históricos da produção capitalista (CHENAIS, 2012). A novidade posta aqui é que a crise de superacumulação desse período rompeu com uma das maiores “ondas longas expansivas” do capitalismo, onde o modelo fordista/keynesiano vivia seu grande ápice.

Deu-se início, a partir da erupção da crise, a um movimento de recomposição do capital e de seu sistema ideológico e político de dominação, que também entrou em crise. Teve como mote central o processo de reestruturação tanto da produção, com a adoção de uma perspectiva de flexibilização, como do trabalho, pelo aumento da informalidade, terceirização e subcontratação. Sobre esta última, o conjunto de novas características adotados para a compra e venda da força de trabalho, configura-se como “uma ofensiva generalizada do capital e do Estado contra a classe trabalhadora e contra as condições vigentes durante a fase de apogeu do fordismo” (ANTUNES, 2009, p. 34).

Nesse sentido, Santos (2007) aponta que se inicia um movimento de saída da crise a partir da priorização do aumento da área de aplicação em capitais especulativos, diminuindo o envolvimento direto na produção e garantindo lucros a partir da liquidez e da mobilidade. Isso se dá a partir de uma série de medidas no plano político que garantem a desregulamentação da economia e dos Estados nacionais.

Além disso, a reestruturação produtiva forja uma nova organização do trabalho e um grande investimento nas inovações tecnológicas. Ou seja, a diminuição do capital variável e aumento do capital constante, são atreladas às transformações na esfera da ação estatal, que “aumentam substantivamente a liberdade do capital: liberdade do movimento para o capital financeiro, para a desregulamentação das economias e dos direitos dos trabalhadores, entre outras” (SANTOS, 2007, p. 20).

O capitalismo em sua fase mundializada representa, ainda, o reforço ao desenvolvimento “desigual e combinado” das economias, ratificando o caráter de dependência dos países periféricos. Esses países carregam as marcas históricas dessa relação em sua constituição e que são atualizadas na cena contemporânea sobre o viés da apropriação de suas riquezas naturais, da exploração da mão de obra cada vez mais desregulamentada e da extirpação das receitas públicas destinadas ao pagamento de juros e amortizações das dívidas externas.

Nesse ínterim, a mundialização financeira do capital aglutina em um mesmo movimento e sob distintas formas de atuação a reestruturação produtiva e a ideologia neoliberal, suas incidências sociais e políticas, tendo no reordenamento do Estado o subsídio para o capital e a conseqüente restrição dos gastos sociais em nome da chamada crise fiscal.

Fica evidente, portanto, que essa movimentação não pode ser feita sem o subsídio dos Estados nacionais, sob a égide do neoliberalismo e dos tratados internacionais. O triunfo dos mercados é impossível sem essa ativa intervenção. Torna-se clara a falácia neoliberal do não envolvimento dos Estados na economia. Essa perspectiva aplica-se somente à classe trabalhadora e à proteção social, que tende a ser cada vez mais fragilizada.

Esses novos mecanismos lançados pelo capital impactam diretamente nas formas mundiais de produção, acumulação, consumo e sociabilidade que desembocam em mutações nos âmbitos econômicos, sociais, políticos e ideológicos. Ultrapassa, portanto, a dimensão das crises cíclicas, pois “afeta a totalidade de um complexo social em todas as relações com suas partes constituintes ou subcomplexos, como também a outros complexos aos quais é articulada” (MÉSZÁROS, 2010, p. 71).

Aqui, salientamos a funcionalidade do neoliberalismo, adotado como agenda mundial, no processo de expansão do capital mundial, de subsídio na manutenção de sua reprodução ampliada e da necessidade de restabelecimento dos padrões de dominação, inclusive ideológicos. Unido a isso, o conservadorismo torna-se subsídio político/ideológico, sobretudo a partir das pautas morais e é utilizado como forma de garantir coesão social.

Ainda sobre a crise estrutural do capital, Mézáros (2010) afirma aquilo que se apresenta de novo é, em primeiro lugar, em seu *caráter universal*, ou seja, não é uma crise que se limita somente a uma esfera particular, ou seja, de caráter comercial ou financeira, ou até mesmo em um ramo específico da economia.

Uma segunda forma de manifestação é seu *aspecto global*, o que se difere das demais crises vistas. Esta não se restringe a um lugar específico ou a um conjunto de países. Sua terceira característica diz respeito à sua *temporalidade*, ou seja, não se manifesta em uma escala de tempo limitada e cíclica, mas de forma extensa e contínua, permanente. Por fim, sua forma de *desdobramento rastejante* que implica na não recuperação plena das taxas de lucratividade do capital, mesmo diante dos esforços empreendidos, inclusive pelo Estado.

O conjunto de transformações apontadas a partir da crise de 2008 é um exemplo emblemático desse processo, entretanto, com características ainda muito mais adensadas,

sendo comparada em níveis de profundidade à crise de 1929. Obviamente as características da economia mundial se delineiam de forma diferenciada, inclusive porque países como a China e a Índia, nesse período, ainda tinham seus processos de desenvolvimento em caráter semicoloniais, não disputando o mercado mundial, como é o caso do cenário apresentado em 2008.

Caracteriza-se como uma crise eminentemente financeira, desencadeada após o colapso da bolha especulativa do mercado imobiliário, que se deu pela concessão desregulamentada de crédito que não pode ser pago quando os juros começaram a crescer. Seus desdobramentos, no entanto, ultrapassaram a espera financeira e fizeram com que vários países entrassem em recessão e a taxa de desemprego se elevasse em níveis altíssimos.

Para Carcanholo (2018, p. 28), essa crise é explicada pela “disfuncionalidade da lógica do capital fictício para a acumulação do capital total; ou seja, as raízes da atual crise do capitalismo são encontradas nas contradições próprias do capitalismo, aprofundadas pela sua dinâmica de acumulação na contemporaneidade.”

Seus primeiros desdobramentos, segundo o autor, podem ser vislumbrados antes de 2007/2008, a partir do estouro da bolha especulativa de ações ligadas às empresas de grande tecnologia, que exigiu, naquele momento, que o capital ali acumulado buscasse outros espaços para valorização. Seu redirecionamento se deu majoritariamente para o mercado de financiamento imobiliário, sobretudo o estadunidense.

O crescimento do mercado imobiliário ganhou vazão a partir da concessão de empréstimos feitos pelos bancos, com base nos créditos hipotecários, ou seja, que trazem para os credores o imóvel como garantia no não pagamento das dívidas. Essa estratégia teve como base a desregulamentação financeira e bancária, que começou a ser empreendida também como resposta do capital à sua última crise estrutural (CARCANHOLO, 2018).

A concessão irrestrita de crédito, não somente às instituições, mas também ao conjunto de consumidores, vinha em ascensão desde o final dos anos de 1990 e ganhou força nos anos 2000, não somente como estratégia de valorização do capital pela via da criação de capital fictício, mas em resposta às expressivas taxas de crescimento da renda no início do século XXI. Isso fez com que os prognósticos da possibilidade de pagamento dos empréstimos fossem os melhores possíveis.

Por outro lado, em virtude da própria desregulamentação do setor, expandiu-se em demasia a concessão de créditos ao chamado segmento *subprime* do mercado, ou seja, ao conjunto de consumidores que não possuíam tantas garantias de arcar com suas dívidas,

seja por não possuírem renda estável e definida, ou pelo fato de que, ainda que tivessem empregos, seu caráter fosse temporário e instável (CARCANHOLO, 2018).

Atrelado a isso, foram combinadas novas formas financeiras de vendas dos títulos dos financiamentos, sobretudo, imobiliários, em condições tais que nem se podia saber exatamente o que se estava comprando e que tinham, por parte das agências de regulação de riscos, total crédito de confiança de uma rentabilidade futura.

Ou seja, os bancos abriram créditos irrestritos para os financiamentos e vendiam essas dívidas a investidores que lucrariam com o retorno do dinheiro acrescido dos juros. O que não foi posto em cena foi a probabilidade de não lucro. No processo normal de acumulação e de valorização do capital essas formas financeiras rendem aos seus detentores possibilidade de bons retornos financeiros, entretanto, “seu caráter fictício revelase em situações de crise. Quando ocorrem crises de sobreprodução, falência das empresas, etc., descobre-se que esse capital não existia” (CHESNAIS, 2008, s/p).

O que aconteceu nesse momento, diferente das quebras que sinalizaram a crise de 2008, é que houve uma repercussão ampla e intensificada na economia mundial. Isso porque os bancos detentores das hipotecas que possuíam títulos de créditos, que com o estouro da crise foram vertiginosamente desvalorizados, e como esses precisam honrar seus passivos, e o fazem na perspectiva de retorno dos investimentos, faltou recursos nessas instituições para arcar com seus débitos (CARCANHOLO, 2018).

Todo esse processo foi expresso de forma palpável quando o banco *Lehman Brothers* faliu. Com mais de 158 anos de história e constituindo-se como um dos maiores bancos de investimento dos Estados Unidos, colocou em dificuldade outro conjunto de bancos, empresas, investidores e foi o estopim de um processo de se desencadearia em níveis mundiais.

Outro elemento importante e que tem fator preponderante nessa crise é o fim da etapa dos Estados Unidos como única grande potência mundial. Paralelo a esse processo começam a despontar outras grandes potências que põe em jogo a hegemonia do imperialismo norte-americano e que modificam as formas de relações entre esses países, algo que obviamente não tem se dado sem conflitos e disputas pelo poder. Mas afinal, quais são os novos elementos apontados sobre essa crise? Qual a novidade estratégica do capital para manter sua reprodução com níveis lucrativos satisfatórios?

Chesnais (2008) aponta que esta crise estrutural que se apresenta na contemporaneidade desenvolve-se de forma tão brutal que são combinadas as manifestações severas das crises climáticas, por razão da exploração desmedida do homem para com a natureza, com as crises do capital enquanto tal. Ademais, entra-se numa fase de

verdadeira crise da humanidade e dentro dela de complexas relações que incluem inclusive grandes movimentações bélicas no mundo.

Para garantir as condições da produção já não eram suficientes a desregulamentação dos mercados, a reestruturação produtiva e a criação de capital fictício, atrelado às direções neoliberais para os Estados, nos termos adotados até então. Era preciso que se aprofundasse a exploração a partir de novas formas de acumulação, o que Harvey (2013) vai chamar de acumulação por espoliação, que combina de forma contraditória os processos de acumulação com estratégias políticas, diplomáticas e militares.

Nesse tipo de acumulação o capitalismo toma um caráter ostensivo, se reproduzindo de forma cada vez mais expandida, tendo como estratégias centrais além da financeirização, globalização e política neoliberal, um aparato ideológico de cunho autoritário, em alguns casos até mesmo fascista.

Cabe reiterar também que o neoliberalismo é retomado com maior incisão em todo o mundo, com maior força nos países da América Latina e Caribe, desmontando a direção dada por governos de caráter mais progressistas que se apontaram no final da década de 1990 como alternativa à política destrutiva neoliberal.

A guinada à direita no aspecto político e econômico ocorrida nesses países, responde diretamente aos interesses de apropriação do capitalismo internacional e se materializa a partir de um projeto hegemônico de renascimento do neoliberalismo sem qualquer tipo de concessões, com forte base conservadora e que repassa os custos da crise à classe trabalhadora, a partir dos programas de reformas que reivindicam as privatizações, sobretudo das empresas públicas, a abertura dos mercados, o desmantelamento das leis e direitos sociais como estratégias para a retomada do crescimento e estabilização econômica dessas nações (CARCANHOLO, 2018).

Os golpes de Estado, portanto, passam a ser medidas estratégicas do grande capital, sendo tolerados somente determinados tipos de governo, leiam-se, aqueles que em grande medida se adéquam às novas exigências de acumulação e deitam suas políticas sobre o viés da ampla submissão às economias centrais. É recorrente o uso da dominação e coerção, liquidando inclusive as conquistas civilizatórias desses países, não hesitando em liquidar qualquer direção opositora a esse projeto (HARVEY, 2013), tendo inclusive a prática de guerra como estratégia privilegiada para a resolução dos conflitos.

O cenário que se apresenta em níveis mundiais não é somente de reestruturação da dinâmica econômica, de privatizações e desregulamentação dos direitos sociais. Outros elementos se associam a esses fatores e dizem respeito às necessidades de manutenção do controle ideológico.

Assim, se “o medo do efêmero leva a busca do eterno” (CHAUI, 2006, p. 131), ressurgem com força o fundamentalismo religioso, como resultado dessa insegurança generalizada, que toma não somente um caráter de alienação das condições de vida e trabalho, mas, também, de necessidade da manutenção dos níveis razoáveis de sanidade mental do povo. Cada vez mais complexo, o fundamentalismo religioso, seja pela perspectiva da prosperidade, seja pelo viés da construção de uma sociedade sem imoralidades, cumpre papel indispensável nas necessidades de reprodução do capital. Além disso, é responsável por disseminar as mais diversas formas de discriminação e preconceito, materializando e enraizando o avanço do conservadorismo na sociedade.

Atrelado a isso, a centralidade da família tradicional, nos moldes burgueses e heteronormativos tomam relevo. Não por acaso, o reforço a essa centralidade é funcional à manutenção da coesão e harmonia social, além de garantir a manutenção da propriedade privada. A combinação dessas determinações econômicas, políticas e ideológicas tendem a favorecer a hegemonia dominante, contribuindo para o fortalecimento do fundamentalismo religioso e de mercado (CHAUI, 2006).

Nesses termos, fica evidente a necessidade que se construam formas de valorização do capital para além das condições de produção e do aumento do capital financeiro. É preciso que se produza também a barbárie. Os novos limites impostos à estrutura do capital implicam na necessidade de reprodução ideológica que conforme a classe trabalhadora às suas condições degradantes de vida e, mantenham a estrutura de classes sem necessariamente utilizar o aparato da força repressiva para isso. Obviamente esta não é descartada.

Assim, a crise de dominação apresentada no último período da acumulação capitalista, precisa ser conjugada com o irracionalismo para que seja possível responder às necessidades de reprodução para além das já existentes. Isso permite a apreensão dos fundamentos materiais da vida de uma forma que se proliferem várias formas de fanatismos e fundamentalismos na contemporaneidade e que colocam em risco os avanços civilizatórios constituídos da modernidade (SILVA et al., 2014).

Recorre-se a um movimento de fortalecimento da transcendência divina e da autoridade política. Torna-se cada vez mais presente o caráter neofascista apresentado por algumas formas de governo, onde o autoritarismo ganha vazão a partir da insegurança e da necessidade de conservação sentidos socialmente. Aqui, o Estado democrático de direito perde sua funcionalidade, dando lugar a direções ultraneoliberais e que versam suas intervenções a partir da apologia à violência e preconceitos, do cerceamento das liberdades de expressão e da força como materialização da autoridade.

A busca por essa manutenção tende a se dar pelo exercício da exacerbação da autoridade, onde comumente são eleitas figuras que carregam tal responsabilidade e tendem a constantemente incitar em seus posicionamentos todo tipo de preconceito e discriminação, como os casos mais recentes de Donald Trump, Mauricio Macri e Jair Bolsonaro.

Importante mensurar que figuras como essas não surgem despreziosamente, tão pouco estão descoladas de interesses mais amplos. Fazem parte de um projeto do capitalismo e de suas formas perversas de reprodução. Se utilizam da insegurança e dos anseios da classe trabalhadora, bem como do ódio disseminado a projetos mais progressistas e que rapidamente são denominados de comunistas como formas de apreender o imaginário social em torno de suas ideias.

Não são figuras isoladas com ideários particularistas, mas a representação das formas pelas quais o capital captura ideologicamente e se reproduz diante de seus limites estruturais. Prova disso é o crescimento da extrema direita em todo o mundo e o fortalecimento de seus representantes, o que deixa evidente que sua expansão se relaciona diretamente com as estratégias do capitalismo.

No Brasil, todo esse movimento tem se delineado como uma das maiores crises pelas quais o país vive nos últimos tempos, tendo como expressão o desmonte dos direitos e políticas públicas, o extermínio da população jovem, negra e de periferia, o aumento do desemprego, a elevação dos níveis de pobreza e o aumento da intolerância e preconceito. Tudo isso subsidiado por um aparato moralista que se assenta no conservadorismo e no fundamentalismo religioso.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Essas novas formas de enraizamento do pensamento conservador que, por sua vez, são requeridas no processo de valorização do capital tendem a tentar aniquilar as organizações da classe trabalhadora, os movimentos sociais e qualquer reflexão crítica sobre a realidade. As formas efêmeras e não refletidas de dar respostas à realidade ganham notoriedade e se proliferam no senso comum como forma de manutenção do *status quo*. Passam a ser rechaçadas todas as perspectivas que apontem para a resistência dos/as trabalhadores/as.

Obviamente essas direções encontram fecundidade nas condições materiais de vida da classe trabalhadora, que pelo desemprego estrutural, fragilização das políticas

públicas e, aumento da pobreza e violência, acaba por estarem inseridos em um espaço cada vez mais fragmentado, individualista e inseguro. Além disso, o processo de mundialização do capital, o crescimento das migrações por conta dos conflitos gerados pelo capital e sua sede insaciável de lucros, acabam por colocar esses/as trabalhadores/as em condição de disputa em níveis mundiais, o que tende a fragilizar seus processos de luta e organização.

É essa insegurança, inclusive, que subsidia a reprodução de tratamentos desumanos, o aumento das discriminações e preconceitos contra os imigrantes e refugiados, a população LGBT, os/as negros/as, as religiosidades de matriz africana, aos povos indígenas e quilombolas. Gera-se um constante apelo à conservação das bases sociais vigentes, como se todas as expressões de diferença nessa sociedade constituíssem um grande risco.

O conservadorismo uma vez mais é utilizado como instrumento do capitalismo e de seu projeto de destruição via exploração. Assim, figuras como Jair Bolsonaro, são peças fundamentais para o convencimento e a adesão social às mudanças necessárias a apropriação capitalista. Essa via do moralismo, em detrimento da perspectiva de direitos, empreendida como forma de conformação, não pode ser pensada fora das determinações socio-históricas do país pela qual ela se realiza. Apontamos isso para dizer que, a insurgência, com maior incidência dos aspectos morais, não se desconecta com as formas pelas quais se constituiu historicamente a sociabilidade brasileira.

Galgada na superexploração do trabalho, na tradição autoritária, no nexos moral com a ideologia judaico-cristã, sobretudo de cunho católico, no patriarcado e racismo, além do caráter dependente e tardio do desenvolvimento capitalista, a sociedade brasileira apresenta aspectos peculiares que dão ao conservadorismo determinações específicas e que são os fundamentos para os desdobramentos políticos e sociais postos na contemporaneidade.

O conservadorismo, nesse sentido, encontra funcionalidade fértil a partir das medidas empreendidas pelo neoliberalismo. Ambos passam a construir as formas pelas quais o capitalismo pode ampliar sua taxa de lucratividade, forjando político e ideologicamente o cenário ideal para o enfrentamento de suas contradições. Assim, a crise estrutural do capital e vias de “resolutividade” estão intimamente ligados com as formas pelas quais se coloca o conservadorismo na cena contemporânea. Compreender esse processo torna-se, portanto, indispensável.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho**: ensaios sobre a afirmação e negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2009.

CARCANHOLLO, Marcelo Dias. A Crise do Capitalismo Dependente Brasileiro. In: MACÁRIO, Eptácio[et al.].(org). **Dimensões da Crise Brasileira**: dependência, trabalho e fundo público. Fortaleza: EdUECE; Bauru: Canal 6, 2018.

CHAUÍ, Marilena. **Fundamentalismo Religioso**: a questão do poder teológico-político. São Paulo: Departamento de Ciência Política. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, 2006. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20100601030356/8Chaui.pdf>.

CHESNAIS, François. **O Capitalismo Tentou Romper Seus Limites Históricos e Criou um Novo 1929, ou Pior**. 2008. Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Economia/O-capitalismo-tentou-romper-seus-limites-historicos-e-criou-um-novo-1929-ou-pior%250D%250A%250D%250A/7/14341>. Acesso em 20/03/2019.

HARVEY, David. **O Novo Imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

MÉSZÁROS, István. **A Atualidade da Ofensiva Socialista**: uma alternativa radical ao sistema. São Paulo: Boitempo, 2010.

SANTOS, Josiane Soares. **Neoconservadorismo Pós-Moderno e Serviço Social Brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Adriana Brito da [et al.]. **A Extrema-Direita na Atualidade**. Revista Serviço Social e Sociedade. n. 119. São Paulo: Cortez, 2014.